



Trajетória dos gastos sociais, pobreza e desigualdade no Ceará no período de 2008 a 2021

Christiane Luci Bezerra Alves

Universidade Regional do Cariri – Crato – CE – Brasil

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5987-6814>

Valéria Feitosa Pinheiro

Universidade Regional do Cariri – Crato – CE – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1539-2751>

Adriana Correia Lima Franca

Universidade Regional do Cariri – Crato – CE – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5562-2515>

Fábio Domingues Waltenberg

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3404-7424>

Resumo

O Estado, através das políticas públicas, deve garantir que os direitos fundamentais sociais do cidadão sejam atendidos, objetivando o bem-estar social e a redução das desigualdades em todas as suas modalidades. Esta investigação busca dimensionar e analisar a trajetória dos gastos sociais no Ceará, bem como aspectos sobre pobreza e desigualdade, entre 2008 e 2021. Utilizou-se, para isso, uma metodologia de base exploratório-descritiva, por meio de dados secundários do site Compara Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). De maneira geral, mesmo sendo resultado da política de desenvolvimento estadual, os gastos sociais no Ceará apresentam um comportamento atrelado à conjuntura nacional, inclusive quando se observam os gastos por função. Relativo à desigualdade, o Ceará adere mais às conjunturas de recuperação ou de recessão, em comparação com o desempenho regional e nacional. A pobreza reage melhor nas conjunturas adversas, de 2014 a 2019 e no ano pandêmico de 2020. O cenário de austeridade fiscal em curso, desde 2016, e a tendência de desresponsabilização do Estado, exclusive o período pandêmico, representa um limite para o retorno da tendência de queda das condições pobreza e desigualdade, experimentadas até 2015, constituindo, adicionalmente, cenário obscuro para o exercício da política social no país.

Palavras-chave: Políticas sociais. Desigualdades. Pobreza. Desenvolvimento.

Trajectory of social spending, poverty and inequality in Ceará from 2008 to 2021

Abstract

The State, through public policies, must guarantee that the fundamental social rights of the citizens are met, aiming at social well-being and the reduction of inequalities in all its modalities. This investigation seeks to measure and analyze the trajectory of social spending

in Ceará, as well as aspects of poverty and inequality, between 2008 and 2021. For this, it used an exploratory-descriptive methodology, by means of secondary data from website Compara Brasil, from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Institute of Research and Economic Strategy of Ceará (IPECE). In general, even as a result of the state development policy, social spending in Ceará shows a behavior attached to the national conjuncture, including when spending by function is observed. Concerning inequality, Ceará adheres more to the recovery or recession, compared to the regional and national performance. Poverty reacts better in adverse circumstances, from 2015 to 2019 and in the pandemic year 2020. The ongoing fiscal austerity scenario, since 2016 and the trend of deresponsibility of the State, excluding the pandemic period, represents a limit for the return of the downward trend in poverty and inequality, experienced until 2015, constituting, in addition, an obscure scenario for the exercise of social policy in the country.

Keywords: Social politics. Inequalities. Poverty. Development.

Trayectoria del gasto social, la pobreza y la desigualdad en Ceará de 2008 a 2021

Resumen

El Estado, a través de políticas públicas, debe garantizar que se cumplan los derechos sociales fundamentales del ciudadano, visando el bienestar social y la reducción de las desigualdades en todas sus modalidades. Esta investigación busca medir y analizar la trayectoria del gasto social en Ceará, así como aspectos de pobreza y desigualdad, entre 2008 y 2021. Para ello, utilizó una metodología exploratoria-descriptiva, por medio de datos secundarios del sitio web Compara Brasil, del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y del Instituto de Investigación y Estrategia Económica de Ceará (IPECE). En general, a pesar de ser resultado de la política estadual de desarrollo, los gastos sociales en Ceará muestran un comportamiento adjunto a la coyuntura nacional, incluso cuando se observan gastos por función. En cuanto a la desigualdad, Ceará se adhiere más a la recuperación o recesión, en comparación con el desempeño regional y nacional. La pobreza reacciona mejor en circunstancias adversas, de 2015 a 2019 y en el año de pandemia 2020. El escenario de austeridad fiscal en curso, desde 2016, y la tendencia a la desresponsabilidad del Estado, excluyendo el período de pandemia, representa un límite para el retorno de la tendencia a la baja de la pobreza y la desigualdad, experimentada hasta 2015, constituyendo, además, un oscuro escenario para el ejercicio de la política social en el país.

Palabras clave: Política social. Desigualdades. Pobreza. Desarrollo.

1 Introdução

O debate acerca das políticas sociais no Brasil vem ganhando destaque, suscitado pelos evidentes níveis de vulnerabilidade econômica e social de substancial parte da população, refletida numa perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.

Para Castro (2012), as políticas sociais têm o propósito de afetar a situação social de indivíduos, famílias e grupos sociais, induzindo melhorias na qualidade de vida da população e, ao mesmo tempo, dadas suas dimensões, alterar a economia e a autonomia de um país, tornando-se, assim, elemento fundamental para o processo de desenvolvimento nacional. O fato de que parte dos países desenvolvidos conseguiram lograr reduções significativas na desigualdade e no nível de pobreza mediante expansão das políticas sociais reforçam essa ideia.

De acordo com Kerstenetzky (2014), a trajetória das políticas sociais no Brasil evoluiu de um esquema de seguros coletivos, introduzido nos anos 1930, para a

concepção de uma seguridade social com características universalizantes, na Constituição Federal de 1988, e em direção a um gasto social crescente. A redemocratização do país, que tem como marcos simbólicos a Assembleia Nacional Constituinte (1987) e a promulgação da nova Carta Constitucional (1988), representou significativo avanço rumo à universalização de direitos sociais, mediante expressiva alteração da intervenção social do Estado.

A despeito de as décadas de 1980 e 1990 terem sido fortemente marcadas por conjunturas econômicas adversas, de modo especial a crise das dívidas externa e interna que mergulhou a economia brasileira em uma quase estagnação, o impulso político representado pela redemocratização logrou fazer avançar a agenda de direitos sociais (KERSTENETZKY, 2012). De fato, os anos 1990 testemunharam a elevação do gasto social com efeito importante na redução da desigualdade.

O decênio entre os anos 2003 e 2014 testemunhou a maior redução histórica da pobreza absoluta em quase quatro décadas no Brasil. A queda em 18 pontos percentuais fez a população pobre recuar para um décimo da população total (KERSTENETZKY, 2017). Esses feitos foram conduzidos, em grande parte, pela expansão e redefinição de políticas sociais que viabilizaram o avanço do país em várias frentes. O clima de instabilidade política e macroeconômica, em curso desde 2015, especialmente no cenário de ruptura institucional de 2016, quando do *impeachment* de Dilma Rousseff, atenta contra os avanços obtidos, determinando nova inflexão na tendência dos indicadores que medem desigualdade e pobreza no país.

Apesar do avanço na literatura, os estudos envolvendo política, gastos sociais e desigualdades nos espaços subnacionais constituem campo para ampla exploração, especialmente porque esses espaços reagem de forma diferenciada ao conjunto de transformações em curso desde a última década do século XX. Este artigo é uma contribuição para essa literatura.

O estado do Ceará reproduz os históricos parâmetros de pobreza e desigualdade característicos da região Nordeste. Apesar dos avanços registrados nos anos 2000, decorrentes das políticas públicas implementadas em todas as esferas de governo, a pobreza e uma significativa desigualdade de renda ainda persistem no estado, acompanhando a dinâmica brasileira. Em termos de gastos sociais, em que pese serem parcialmente condicionados às políticas de desenvolvimento estaduais, também são determinados pela conjuntura nacional. Desse modo, esta investigação busca dimensionar e analisar a trajetória dos gastos sociais no Ceará, entre 2008 e 2017. Vale apontar que as políticas governamentais na esfera social teriam o propósito de se afirmarem enquanto possibilidade “de enfrentamento à pobreza, ao garantir recursos às famílias mais pobres que lhes permitissem o atendimento de demandas sociais mínimas, dando-lhes, desse modo, possibilidades de interação econômica e social no mercado” (RODRIGUES; ALVES; PAULO, 2012, p. 206). À vista disso, cabe evidenciar, adicionalmente, traços relevantes de aspectos da pobreza e desigualdade no estado do Ceará, para o período de 2012 a 2021¹.

¹ A limitação do período de análise dos gastos sociais se deve à disponibilidade restrita de dados pelo sistema Compara Brasil: apenas até 2017. No entanto, pobreza e desigualdade foram analisadas até o ano de 2021, conforme disponibilidade da PNAD Contínua.

A realização deste trabalho utilizou metodologia de base exploratório-descritiva, apoiada em dados secundários disponíveis no site Compara Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

A estrutura é composta por três seções, além desta introdução, a saber: na primeira seção, são apresentadas as discussões acerca da desigualdade e política social. Segue-se com os resultados e discussões, com destaque para a evolução dos gastos sociais no Ceará, análise das despesas por função e aspectos da desigualdade e pobreza no estado, seguida pelas considerações finais.

2 Políticas sociais e desigualdade: aportes para as tendências recentes

Para Chancel (2019), as duas últimas décadas do século XX têm atraído um renovado interesse pelas questões da distribuição de renda e riqueza, especialmente nas economias avançadas, que vêm experimentando um aumento na desigualdade de renda, após um declínio histórico no século XX². Ademais, a opinião pública dos países ricos se mostra cada vez mais preocupada com a distribuição do crescimento de certas desigualdades.

Desde os anos 1970, assiste-se a um conjunto de transformações estruturais que contemplam um reordenamento das forças produtivas e do modelo de acumulação; desaceleração do crescimento econômico dos países centrais, crises sistêmicas, envolvendo o mundo do trabalho e a questão ambiental, que resultam no aumento das desigualdades e assimetrias sociais. Nesse contexto, com riscos sociais crescentes, as demandas sociais aumentam e certas funções da política social crescem em importância, sinalizando uma reorientação de estratégias (KERSTENETZKY, 2014).

A ampla e longa experiência internacional confirma que as políticas sociais agem não somente em casos e situações sociais específicas, mas são parte fundamental de uma estratégia de desenvolvimento. Conforme Atkinson (2015), não se conhece entre os países desenvolvidos trajetória relevante de redução das desigualdades que não tenha sido acompanhada por ampliação de gastos e adensadas institucionalidades em políticas sociais.

Na América Latina, as desigualdades econômicas seguem profundas; por outro lado, o cenário da redistribuição, experimentado recentemente sugere que o problema distributivo segue retendo importância, a despeito do aumento do gasto social e da carga tributária, da utilização de políticas sociais mais universalistas em conjunto com políticas focalizadas nos pobres e da consequente redução das desigualdades (KERSTENETZKY, 2012).

A despeito das crises internas e dos choques externos, desde o esgotamento do modelo de desenvolvimento, baseado na substituição de importações, em fins dos anos 1970, houve também expansão das políticas e dos gastos sociais no Brasil, em resposta a antigos e novos riscos sociais. No final dos anos 1960 e 1970, níveis

² Para Piketty (2014), os crescentes níveis de desigualdades nas últimas décadas do século passado e início deste indicam que certas desigualdades de riquezas, que se julgava terem desaparecido, parecem estar prestes a voltar a seus picos históricos, ou até mesmo a ultrapassá-los, no contexto da nova economia global.

consideráveis de crescimento econômico e desigualdade coexistiam³. A partir de 1964, inaugura-se uma nova era nas políticas sociais brasileiras; Kerstenetzky (2012) denomina esse conjunto de políticas de “universalismo básico”: massificação, sem universalização efetiva, com ampliação desigual de proteção e oportunidades. Souza (2018) destaca o agravamento da desigualdade na primeira década da ditadura, quando as frações recebidas pelos mais ricos retornam ao patamar observado no início dos anos 1950. A desigualdade de renda aumentou nos anos 1970, com menos intensidade e breve intervalo de queda entre 1976 e 1981, e mais fortemente nos anos 1980. Ou seja, a desigualdade aumentou em períodos de crescimento e também em períodos de estagnação.

Na década de 1980, os movimentos que consolidam a democracia e articulam a organização dos trabalhadores, associados à emergência e afirmação de movimentos sociais, têm papel determinante no delineamento de novas demandas sociais e por cidadania, sendo fundamentais para traçar um novo desenho para a proteção social no Brasil, consubstanciado na Constituição de 1988. Após 1988, houve avanço dos direitos sociais, que reconhecem maior autonomia no campo das políticas sociais, graças ao ímpeto da nova Constituição.

Nos anos 1990, houve expansão significativa dos gastos sociais, estreitamente relacionada ao aparato garantido pela Constituição de 1988⁴, e a responsabilidade pública no financiamento da política social foi significativamente expandida, trazendo, como consequência, aumento dos gastos e efeito importante na redução da desigualdade.

Entre 2004 e 2014, o país trilhou um caminho de crescimento econômico e progresso social. O Brasil apresentou aceleração do crescimento apoiada, em boa medida, na expansão das políticas e gastos sociais com resultados inéditos na redução consistente da pobreza e da desigualdade. Conforme Kerstenetzky (2012), a novidade fundamental está na interação entre as políticas sociais e as políticas econômicas, em um modelo de “crescimento redistributivo”. Souza (2018) acrescenta que, após 2003, a continuação da queda da desigualdade e a volta do crescimento econômico fez com que o Brasil fosse celebrado como um caso raro de desenvolvimento com redistribuição.

O Brasil testemunhou um processo substancial de redistribuição ao longo dos anos 2000, na perspectiva histórica ou contexto da história da redistribuição no mundo. Para Kerstenetzky (2017), a pobreza e a desigualdade na distribuição de renda apresentaram quedas históricas, substanciais também no confronto com a experiência internacional de países desenvolvidos e emergentes.

A redução significativa da pobreza e da desigualdade ao longo da primeira década e meia do século XXI está ligada, em grande parte, às políticas sociais

³ A ditadura foi importante para explicar a situação econômica e social daquele momento. Apesar da elevação do gasto social no período, praticamente triplicado entre 1960 e 1980, já alcançava o patamar de 9,2% de um robustecido PIB, o modelo econômico adotado gerou aumento nas desigualdades (BONELLI; RAMOS, 1993). O Gini da renda da população economicamente ativa cresceu de 0,50, em 1960, para 0,568 em 1970 e 0,590 em 1980 (KERSTENETZKY, 2012).

⁴ Entre a promulgação da Constituição de 1988 e o ano de 2008, os gastos sociais reais praticamente triplicam, crescendo quase duas vezes mais rápido que o produto e a população. Nos anos 1980, o salto maior é a partir de 1988. O gasto social como proporção do PIB superou os 20% em 2008 (KERSTENETZKY, 2012).

colocadas em prática no Brasil, que viabilizaram o avanço do país em várias frentes, além daquelas que já vinham operando desde a Constituição de 1988. A extensão do escopo protetivo da política social se manifestou através de várias intervenções governamentais. Nesse contexto, as políticas sociais passaram a ser trabalhadas e direcionadas pela necessidade de eficácia dos gastos sociais e maior efetividade dos programas e ações, assumindo papel estratégico no desenvolvimento nacional, mediante seus resultados na expansão da justiça e coesão social, crescimento e distribuição de renda, reafirmando-se como indispensável e estratégica, não apenas para enfrentar situações conjunturais adversas, como para criar os alicerces da construção de uma nação econômica e socialmente mais forte (KERSTENETZKY, 2012).

Apesar dos avanços alcançados, o país ainda convive com um contingente significativo da população em situação de vulnerabilidade e com uma oferta de serviços públicos precária, refletindo-se no fato de que o investimento em políticas sociais permanece como reivindicação constante dos movimentos sociais, visto que a possibilidade de redução significativa das desigualdades depende, ainda que não exclusivamente, da inflexão da política social na direção da provisão universal e de qualidade de serviços sociais públicos (KERSTENETZKY, 2017; SOUZA, 2018).

Todavia, o ciclo virtuoso parece ter se esgotado, em meio às crises política e econômica de 2014–2016. Não é possível afirmar que a população rompeu com o acordo de 1988 e a demanda por direitos sociais que o embasava, mas o cenário prospectivo das políticas sociais não é animador. Depois do avanço significativo, a partir de 2015 ocorre um retorno ao passado, na incidência da pobreza e extrema pobreza e desigualdade. Para Souza (2018), os primeiros sinais de desaceleração do declínio da desigualdade apareceram nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) já no início da década de 2010, e, mais recentemente, a reversão no cenário econômico e político se encarregou aprofundar o ritmo de queda e a reversão nas desigualdades, sendo evidente a reviravolta da política social. Destaque para a agenda conservadora em termos econômicos e sociais, a qual se consolida na aprovação da emenda constitucional nº 95 e das reformas trabalhista e previdenciária⁵, que buscam reduzir os gastos sociais e, também, a atuação do Estado no funcionamento dos mercados (KERSTENETZKY, 2017; PASSOS; SILVEIRA; WALTENBERG, 2020).

3 Resultados e Discussões

3.1 Evolução do Crescimento Econômico e dos Gastos Sociais no Ceará, no Nordeste e no Brasil

O período proposto para análise dos gastos sociais (2008-2017) é precedido por um significativo ciclo expansivo no Brasil (2004-2008), através de um regime de crescimento econômico com distribuição de renda. Esse ciclo é alimentado por uma política mais flexível de gastos, crédito e pela tendência de reversão nas taxas de juros, somadas a uma política de inclusão que impulsiona o consumo interno,

⁵ A reforma trabalhista foi promulgada no governo Temer (2017), e a previdenciária, no governo Bolsonaro (2019).

envolvendo elevação e maior amplitude dos programas sociais, notadamente de transferência de renda e uma política de valorização contínua do salário mínimo (CACCIAMALI, 2011; CACCIAMALI; TATEI, 2016; ALVES *et al.*, 2020). Esse conjunto de características conduziu a um ciclo virtuoso de crescimento da atividade econômica e da renda entre 2004 e 2008, com aumento do emprego formal e diminuição persistente dos índices de concentração da renda e da pobreza (CACCIAMALI; TATEI, 2016, p. 103).

Ainda se constata expansão dos investimentos público e privado e ganhos de produtividade, num cenário em que permanece o controle da inflação nas metas estabelecidas pelo Banco Central, acompanhado pelo acúmulo de reservas internacionais (BARBOSA; SOUZA, 2010). O desempenho da economia brasileira se encontra atrelado, ainda, às tendências de crescimento da economia mundial, expansão da liquidez e valorização das *commodities* agrominerais (OLIVEIRA, 2014). Cacciamali e Tatei (2016, p.107) destacam a mudança favorável nos termos de troca aos países exportadores de *commodities* que passam a responder pela maior parte do crescimento mundial, “em virtude do desempenho econômico negativo provocado pela crise financeira internacional que atingira em cheio os países mais desenvolvidos”. Ressalta-se, ainda, o Efeito China cuja demanda crescente e expressiva contribui para a elevação dos preços de múltiplas modalidades de *commodities* (SERRANO, 2013). Os resultados são sentidos no desempenho da economia, que cresce a 4,8% ao ano entre 2004 e 2008, e na melhoria contínua do rendimento médio, que cresce a 10,4% no período (IBGE, 2022). Ainda, a melhor performance da economia e do mercado de trabalho favorecem a desconcentração da renda do trabalho e familiar (BARBOSA *et al.*, 2015)⁶.

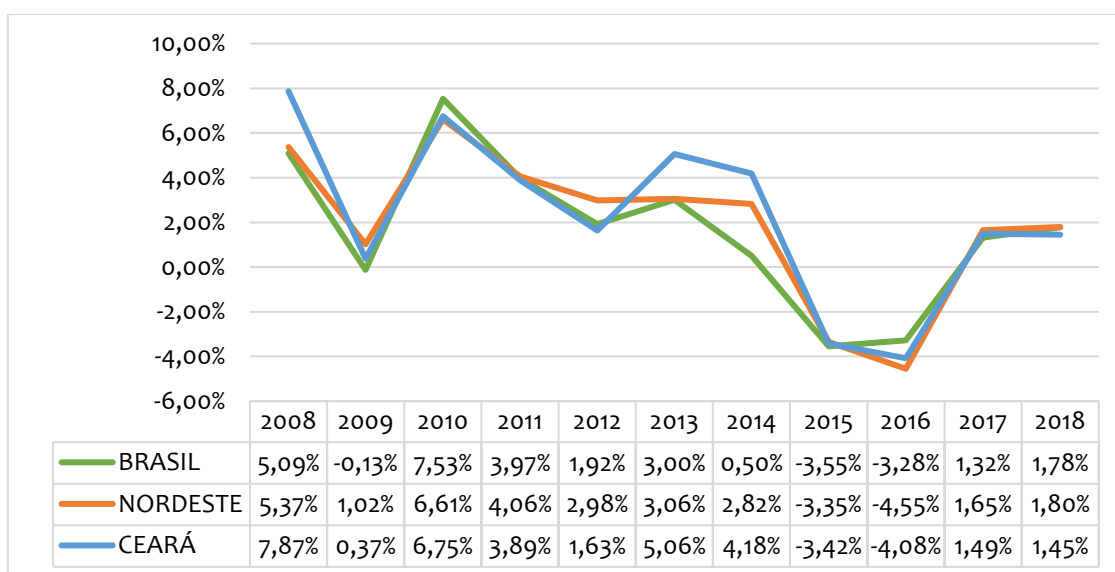
Houve redução consistente do Índice de Gini, entre 2001 e 2015, para o que contribuíram diversos determinantes: melhora no mercado de trabalho, com o aumento significativo da formalização; os efeitos da política de valorização do salário mínimo; a combinação dos principais instrumentos de transferência de renda (previdência, benefício de prestação continuada e bolsa família); o efeito redistributivo da política fiscal, refletido na melhoria da capacidade de execução de gastos públicos (DWECK; SILVEIRA; ROSSI, 2018).

O ano de 2008 é marcado pela eclosão da crise do *subprime* na maior potência econômica mundial, o que vai propiciar, de maneira geral, longos períodos de recessão econômica. Porém, os efeitos seriam sentidos, de forma explícita, em 2009, quando o PIB brasileiro cai 0,13%. De modo geral, os países da América Latina, embora tivessem sistemas bancários associados, em menor grau, aos volumes excessivos de títulos insolventes no mercado de crédito imobiliário dos EUA, sentiram os efeitos da crise através da retração da região, especialmente pela contração das exportações e pela falta de liquidez internacional, isto é, contração da oferta internacional de crédito. A despeito da retração econômica no Brasil “incidir maiormente nas regiões onde a atividade econômica fora mais dinâmica e associada ao mercado internacional, como a região Sudeste” (CACCIAMALI; TATEI, 2016, p.111), o conjunto

⁶ Em pesquisa sobre a decomposição por fonte do coeficiente de Gini, entre 2001 e 2011, Cacciamali, Tatei e Camillo (2015) demonstram que a principal contribuição para a queda no coeficiente foi advinda da renda do trabalho, correspondente a ordem de 52%, seguida pela aposentadoria em 25%.

de regiões e estados subnacionais experienciaram os efeitos da recessão na economia brasileira, tendo o investimento se configurado como o componente mais afetado pela crise (contração de -17,4%) (DOMINGUES et al. 2010). No Ceará, a contração no nível de atividades foi especialmente puxada pelos setores da indústria e construção (DOMINGUES et al. 2010). Em termos regional e estadual, o crescimento do PIB naquele ano correspondeu a 1,02% e 0,37%, respectivamente. A dinâmica de economia brasileira tem, portanto, repercussões nas economias nordestina e cearense (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Brasil, Nordeste e Ceará - Taxa anual de crescimento do PIB – 2008-2018



Fonte: IPECE (2021) e IBGE (2021).

Utilizando dados do Compara Brasil⁷ (2021), observa-se que, apesar de serem condicionados em parte às políticas de desenvolvimento estaduais, os gastos sociais estaduais também são sensíveis à conjuntura nacional e seus rebatimentos nos espaços sub-regionais. Mesmo diante da conjuntura de crise que marca a economia doméstica em 2009, em meio à estagnação da economia cearense, os gastos sociais mantêm um crescimento (11,95%) acima do crescimento do PIB estadual, refletindo-se no aumento de sua participação no PIB para 10,34%, em 2010. A despeito de um aumento expressivo na Receita Corrente (7,83 p.p), a participação do gasto social na despesa total permanece praticamente inalterada (elevação de 0,47 p.p) (Tabela 1).

⁷ Os dados do Compara Brasil são informações consolidadas dos poderes e órgãos do governo oriundos dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO). O site não apresenta, no item “Receitas e Despesas”, dados após 2017, devido a alterações na contabilidade pública promovidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, o que impede o comparativo da nova série pós 2017 (COMPARA BRASIL, 2021).

Tabela 1 - Ceará – Evolução do gasto social – 2008 - 2017

ANO	Gasto social (variação anual) (%)	Receita corrente (variação anual) (%)	Gasto social/Desp. Total (%)	Gasto social/PIB (%)	Gasto social per capita	Gasto social/Receita corrente (%)
2008	0,00	-	68,66	9,80	1.407,10	52,25
2009	11,95	2,56	53,82	10,34	1.557,37	57,04
2010	18,08	10,39	54,29	10,87	1.840,80	61,02
2011	0,91	5,83	56,00	10,34	1.859,49	58,18
2012	-23,79	-11,47	45,59	7,68	1.404,54	50,08
2013	4,30	4,39	47,84	7,57	1.436,19	50,04
2014	11,16	1,51	47,08	7,74	1.584,82	54,80
2015	-10,74	-3,49	46,36	7,27	1.404,80	50,68
2016	0,40	6,32	47,04	7,49	1.401,08	47,86
2017	0,39	-2,07	46,77	7,28	1.397,64	49,06

Fonte: Elaboração própria com base no Compara Brasil (2021), IBGE (2021) e IPEA (2021).

Nota: valores atualizados pelo IPCA (jun./2021).

A reação do governo à crise através de uma política fortemente anticíclica determina uma performance favorável no ritmo das atividades econômicas, com o Brasil, o Nordeste e o Ceará crescendo, em 2010, 7,53%, 6,61% e 6,75%, respectivamente (Gráfico 1). DOMINGUES et al. (2010, p.19) destacam que tal política, notadamente através da expansão do consumo do governo, em 2009, surtiria maiores efeitos em economias estaduais pequenas, principalmente devido ao “peso do nível de atividade da administração pública e serviços, cujos setores poderiam ser mais beneficiados pelos gastos públicos e pelo pouco impacto da crise em setores de serviços”, fato que se observa, em certo grau, na economia cearense. Em 2010, os gastos sociais relativos ao PIB praticamente não se alteram, mas em termos absolutos registram uma expressiva taxa de crescimento de 18,08%, melhor performance nos anos analisados. Em termos per capita, o gasto social cresce 18,20% e a sua participação nos gastos totais e receitas correntes continua a tendência de crescimento (Tabela 1).

Entre 2011 e 2014, em meio a uma orientação mais ortodoxa do governo Dilma - controle de gastos e revisão das metas de superávit primário; controle da liquidez e redução do crédito à pessoa física; revisão da tendência de queda da taxa de juros⁸-, constata-se um arrefecimento no ritmo de crescimento da economia brasileira. A variação do PIB, no período, foi de 5,51%, enquanto, entre 2008 e 2018, havia sido de 11,65%.

O Nordeste registra performance superior à nacional e o desempenho da economia cearense oscila, acompanhando de perto o PIB brasileiro nos anos de 2011 e 2012, mas superando seu desempenho em 2013 e 2014, especialmente no último ano, quando cresce a 4,18%, contra 0,5% do Brasil. Nesse período, seguem em queda

⁸ Parte da orientação de política econômica fica, em certa medida, condicionada pelo agravamento da crise internacional na zona do euro entre 2011 e 2014, o que provocou contração na média de crescimento mundial, que reduziu de 5,2%, em 2010, para 2,9%, ainda em 2013 (GENTIL; HERMANN, 2017).

a participação do gasto social nas despesas totais, no PIB e nas receitas correntes. Também entre 2011 e 2014, os gastos sociais estaduais oscilam, seguindo as flutuações do PIB nacional e estadual, aderindo, por sua vez, à dinâmica das receitas correntes do Ceará. Destaque para a expressiva contração em 2012 (-23,79%) e a recuperação em 2014 (11,16%) (Gráfico 1 e Tabela 1).

Em 2015, a partir da reeleição de Dilma Rousseff, deu-se início a um conjunto de mudanças na condução da política econômica, com o objetivo de implantar um ajuste fiscal direcionado ao controle dos gastos públicos. Em particular, entre 2015 e 2016, a economia atravessou uma série de choques, destacando-se: deterioração dos termos de troca; ajuste fiscal; crise hídrica; desvalorização da moeda; aumento da taxa de juros Selic. Como efeitos secundários: aumento do desemprego; queda da renda; contração do mercado de crédito e redução dos investimentos públicos (BARBOSA FILHO, 2017). Soma-se um clima de instabilidade política que culmina com a ruptura institucional e o *impeachment* de Dilma Rousseff, com Michel Temer assumindo a Presidência em maio de 2016. aliada. “A consequência foi uma rápida deterioração da situação fiscal do governo e da economia em geral acompanhada de uma perda de confiança por parte dos agentes econômicos externos e internos” (CACCIAMALI; TATEI, 2016, p.104), que influenciam nas expectativas e nas taxas de crescimento econômico. Esses elementos se traduzem numa brutal retração do nível de atividades, e o país registra taxas negativas de crescimento de -3,55%, em 2015, e -3,28%, em 2016. O desempenho negativo é acompanhado de perto pelos PIB regional e estadual (Gráfico 1).

Apesar de os gastos sociais estaduais serem mais aderentes às receitas correntes, os custos dos ajustes recaem sobre estes de modo mais acintoso. Enquanto as receitas encolhem 3,49% em 2015, as perdas do gasto social correspondem a 10,74%. Por sua vez, na recuperação de 2016, os crescimentos de receitas correntes e gasto social são de 6,32% e 0,40%, respectivamente (Tabela 1).

As mudanças empreendidas no governo Temer são direcionadas para a manutenção de uma política ortodoxa convencional, reforçando os fundamentos do tripé macroeconômico, com o direcionamento da política fiscal para reverter a trajetória ascendente de gastos públicos⁹ (HORTA; GIAMBIAGI, 2018). O objetivo de crescimento sustentado do PIB, com média prevista entre 3,5% e 4,0% (HORTA; GIAMBIAGI, 2018), dá lugar a um crescimento tímido de 1,32%, em 2017 e 1,78%, em 2018. O desempenho regional é levemente superior ao brasileiro e o crescimento do PIB cearense é maior que o do Brasil em 2017 (1,49%), mas inferior em 2018 (1,45%).

Os gastos sociais estaduais praticamente estagnam, em termos de crescimento, em 2016 (0,40%) e 2017 (0,39%), caindo como proporção das despesas totais e do PIB. Só não reduzem em função da receita corrente, porque estas registram crescimento negativo de -2,07%, em 2017.

De modo geral, os gastos sociais per capita apresentam desempenho insatisfatório no período estudado. Os valores chegam a atingir R\$ 1.859,49, em 2011,

⁹ Entre as medidas, ressaltam-se: a implantação do Novo Regime Fiscal, com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016; a devolução de R\$ 100 bilhões do BNDES ao Tesouro Nacional, diminuindo seu *funding*; a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) como um indexador para novos empréstimos de instituições públicas; alterações no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); renegociação de dívidas estaduais em troca de um programa de ajuste mais severo; simplificação do sistema tributário (PIS/Confins) (HORTA; GIAMBIAGI, 2018).

e terminam a série com R\$ 1.397,64, em 2017, valor inferior ao registrado em 2008 (R\$ 1.407,10). Entre 2008 e 2011, a taxa de crescimento é de 9,74% ao ano. Nos períodos seguintes, essa taxa é de -5,19% a.a., entre 2011 a 2014 e de -4,10% a.a., entre 2014 e 2017 (Tabela 1).

Gastos Sociais por Função

Para definição de gasto social, utilizou-se a classificação “Despesa por Função”, com dados disponíveis no site Compara Brasil. Foram selecionadas as despesas no atendimento das necessidades e direitos sociais, com gastos voltados em favor da sociedade, conforme proposto por Rodrigues, Alves e Paulo (2012), estando dispostas por área de ação do governo, sendo consideradas como gasto público social as seguintes despesas (liquidadas em cada período): assistência social, previdência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, saneamento e desporto e lazer.

Considerando o somatório dos gastos sociais no estado do Ceará de 2008 à 2017, a educação apresentou o maior volume aportado, seguida por previdência social e saúde, representando juntas 85,29% de todos os gastos sociais do estado no período de análise. Essas três rubricas apresentaram evolução diferente ao longo do período, em termos de participação no valor total dos gastos sociais.

A educação perdeu participação, saindo de 42,18%, em 2008, para 27,51%, em 2017. Essa despesa teve seu maior valor em 2011, com R\$ 6.834,03 milhões, retratando curva ascendente desde 2008, com taxa de crescimento anual de 10,86% a.a., entre 2008 e 2011, e declínio acentuado para os anos seguintes, com redução de -45,69% a.a. e -6,55% a.a., nos subperíodos de 2011/2014 e 2014/2017, respectivamente.

Caminho inverso seguiu a despesa com saúde, com 18,10%, em 2008, passando a 28,51%, em 2017. A trajetória de crescimento ininterrupto ocorre até 2014, que registra o maior montante aplicado, mas volta a declinar até 2017, todavia, com valores superiores ao início da série, em 2008. No primeiro e segundo subperíodo analisado (2008/2011 e 2011/2014), sua taxa de crescimento anual foi, na sequência, de 11,56% e 10,31%, ao ano. No entanto, mesmo apontando redução dos valores no segundo subperíodo de 2014/2017, com taxa de -3,74% a.a., na série completa (2008/2017), apresentou uma variação positiva de 66,22%.

Tabela 2 - Ceará – Gasto social por função – 2008 - 2017 (em milhões de reais e percentual)

Gasto Social	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Assist. Social	299,87	291,03	315,93	323,26	290,90	269,71	265,45	249,98	230,03	262,62
Previd. Social	3.395,14	3.533,98	3.811,81	3.681,63	3.227,92	3.396,68	3.525,03	3.627,85	3.569,48	3.714,15
Saúde	2.162,65	2.578,03	2.975,78	3.002,34	3.370,02	3.456,25	4.029,97	3.652,47	3.633,30	3.594,68
Trabalho	89,33	91,22	125,75	90,37	109,65	102,54	106,58	78,55	76,97	66,29
Educação	5.015,48	5.675,81	6.581,83	6.834,03	3.786,59	3.640,01	3.711,62	3.407,60	3.517,27	3.468,35
Cultura	85,56	121,61	139,09	82,92	90,00	97,57	116,83	84,09	93,72	105,10
Dir. Cidad.	248,74	337,04	346,87	369,01	464,11	496,85	561,39	572,64	627,39	694,80
Urbanismo	153,03	255,18	497,48	295,34	197,34	199,87	375,92	286,38	302,62	204,46
Habitação	55,26	94,96	161,37	102,49	63,64	63,90	231,71	92,63	69,14	44,74
Saneamento	343,18	301,10	655,89	593,67	220,13	410,48	737,52	353,75	382,62	424,32
Desp. e Lazer	42,51	32,11	106,74	486,64	267,22	473,80	352,24	103,07	56,25	27,83
TOTAL	11.890,77	13.312,08	15.718,55	15.861,71	12.087,52	12.607,67	14.014,27	12.509,01	12.558,77	12.607,34
Gasto Social	Variação no período (%)				Taxa de crescimento anual (%)					
	2008-2011	2011-2014	2014-2017	2008-2017	2008-2011	2011-2014	2014-2017	2008-2017		
Assist. Social	7,80	-17,88	-1,07	-12,42	2,53	-6,36	-0,36	-1,46		
Previd. Social	8,44	-4,25	5,37	9,40	2,74	-1,44	1,76	1,00		
Saúde	38,83	34,23	-10,80	66,22	11,56	10,31	-3,74	5,81		
Trabalho	1,16	17,94	-37,80	-25,79	0,39	5,65	-14,64	-3,26		
Educação	36,26	-45,69	-6,55	-30,85	10,86	-18,41	-2,23	-4,02		
Cultura	-3,08	40,90	-10,04	22,84	-1,04	12,11	-3,47	2,31		
Dir. Cidad.	48,35	52,13	23,76	179,33	14,05	15,01	7,37	12,09		
Urbanismo	92,99	27,28	-45,61	33,61	24,50	8,37	-18,37	3,27		
Habitação	85,45	126,09	-80,69	-19,04	22,86	31,25	-42,20	-2,32		
Saneamento	72,99	24,23	-42,47	23,64	20,04	7,50	-16,83	2,39		
Desp. e Lazer	1044,66	-27,62	-92,10	-34,54	125,37	-10,21	-57,09	-4,60		
Total	33,40	-11,65	-10,04	6,03	10,08	-4,04	-3,47	0,65		

Fonte: Elaboração própria com base no Compara Brasil (2021).

Nota: valores reais atualizados pelo site Compara Brasil (2021), utilizando IPCA (jun./2021).

* Somatório dos gastos sociais de 2008 à 2017.

A despesa com previdência social, segundo maior montante de gasto social, manteve-se relativamente estável no período, oscilando em torno de 29% do total. Os demais gastos sociais, representando 14,71%, do total, apresentaram variações, destacando-se: direito e cidadania, que cresceu nos três períodos analisados, saindo de uma participação de 2,09% (2008) para 5,51% (2017), a maior variação no período, com 179,33%, e taxa de crescimento de 12,09% ao ano; desporto e lazer, com incremento de 1.044,66% entre 2008 e 2011, com taxa de crescimento de 125,37% ao ano, mas fechando o período total com declínio de -34,54%; urbanismo, habitação e

saneamento, com taxas de crescimento elevadas nos dois primeiros períodos, mas com declínio no período de 2014 à 2017.

No período completo (2008 a 2017), a maioria das contas apresentou variação positiva, revelando que, para essas despesas, os avanços dos dois primeiros períodos foram maiores do que o declínio apresentado no período de 2014 à 2017, com crescimento dos gastos sociais totais de 6,03% ou taxa de crescimento de 0,65% ao ano. Em termos de gasto social total, o estado do Ceará apresentou o maior montante aportado nos anos de 2010 e 2011, denotando leve recuperação em 2014.

A redução dos gastos com educação é acompanhada por uma melhora nos resultados do Ceará no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021), o Ceará ocupava, entre os estados brasileiros e em 2005, a 18ª colocação, tanto na 4ª/5ª série como também na 8ª/9ª série (ambas com 2,8 pontos), no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em 2019, o Ceará passou a ocupar, nesse mesmo *ranking* nacional, a 3ª colocação na 4ª/5ª série (6,3 pontos) e o 1º lugar na 8ª/9ª série (5,2 pontos).

Consoante Kerstenetzky (2012), frente às realizações insatisfatórias em educação que pereniza as desigualdades, o crescimento dos gastos em educação é indispensável. Os países que lograram os maiores esforços redistributivos, em grande parte o fizeram por meio da estrutura de gastos em educação, ampliando as oportunidades. A educação, na ausência de provisão universal e de qualidade, deixa as rédeas soltas à desigualdade.

No Ceará, esses resultados alcançados podem sugerir maior eficiência da aplicação dos recursos públicos, explicada por um conjunto de ações, sobretudo através da redefinição de instrumentos pedagógicos e de gestão educacional, iniciada ainda em 1987, passando por várias gestões estaduais, sendo incorporadas, ao longo destas, novas ações com esse intento, com destaque para: recuperação física das escolas; restauração moral do sistema público de educação; combate ao analfabetismo; implantação de sistema de avaliação permanente do Ensino Básico; adoção de regime de cooperação entre estado e municípios, com suporte técnico e financeiro da Secretaria de Educação do Estado; avanço na municipalização do ensino fundamental e na democratização do acesso à educação; políticas estaduais de incentivos e amplitude dos programas de avaliação discente e resultados na gestão; iniciativas de redução da evasão escolar e melhoria da qualidade do ensino médio; implantação do conceito de escola integral e ensino médio integrado à educação profissional; e implantação do Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC (AMARAL FILHO *et al.*, 2018).

O crescimento relativamente elevado da despesa “desporto e lazer”, com destaque para o volume de recursos aportados nos anos compreendidos entre 2011 e 2014, possivelmente se deve aos gastos realizados pelo Governo do Estado do Ceará com equipamentos destinados a realização de eventos esportivos, com ênfase para a reforma da Arena Castelão, orçada em R\$ 508,61 milhões¹⁰, para realização da Copa do Mundo de Futebol.

Além disso, segundo Amaral Filho *et al.* (2018), outras ações contribuíram para o incremento em Desporto e Lazer, no período, como: esporte como educação,

¹⁰ A Arena Castelão foi financiada pelo BNDES em R\$ 351 milhões (CEARÁ, 2021).

participação e lazer, a partir da criação e manutenção de equipamentos esportivos, objetivando atender mais de 45 mil crianças e adolescentes, concedendo 3 mil bolsas para esse público; capacitação, ocupação e renda para profissionais da área esportiva; inserção do Ceará na modalidade esporte de rendimento¹¹; fixação de metas em termos de ocupação e renda de profissionais; promoção de esportes de aventura e da natureza; fortalecimento da infraestrutura esportiva, inclusive a construção de vilas olímpicas.

Relativo à saúde, entre 2007 e 2017, o governo do estado promoveu ações voltadas para a melhoria da prestação de serviço público em saúde, como: desconcentração dos serviços secundários e terciários, por meio da interiorização do parque tecnológico e da diversificação dos serviços; fortalecimento da atenção básica, através do investimento na expansão e melhorias física e tecnológica de Unidades Básicas de Saúde (UBS), expandindo a cobertura da Estratégia Saúde da Família; expansão, para o interior do estado, dos serviços especializados de média e alta complexidades, com destaque para a implantação de três hospitais regionais (Cariri, Sobral e Sertão Central), 19 Policlínicas e 22 Centros Especializados de Odontologia (AMARAL FILHO *et al.*, 2018).

Considerando os gastos com saúde no Brasil, Kerstenetzky (2012) destaca que o dispêndio público em provisão pública vinha aumentando absoluta e relativamente, mas de modo muito lento. Passos, Silveira e Waltenberg (2020) salientam o comportamento recente do gasto público per capita com saúde, sinalizando tendência de queda, registrando que em 2018 ocorreu o menor valor desde 2012. Enquanto os gastos públicos em educação superam em muito os mínimos constitucionais e cresceram de modo expressivo, os gastos com saúde tiveram crescimento tímido nos últimos anos relativo à sua participação no PIB, tendência que se revela oposta no Ceará.

A tabela 3 apresenta a participação das despesas por função, considerando o volume total de gastos sociais empreendidos pelos estados do Nordeste, entre 2008 e 2017.

¹¹ “[...] esporte desenvolvido na sua forma institucionalizada e realizada no âmbito das federações esportivas, ou seja, o esporte hegemonicamente praticado e aquele que tem sua expressão em grandes eventos de caráter oficial, os quais têm grande visibilidade social: esporte oficial, esporte de alta competição; esporte espetáculo; esporte de competição; esporte formal” (STIGGER, 2001).

Tabela 3 – Estados do Nordeste – Participação das despesas por função no volume de gastos estaduais, de 2008 a 2017 (%)

Descrição	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	Posição do CE no NE	1º lugar no NE
Assis. Social	3,51	0,61	2,10	3,34	3,97	0,45	0,96	2,62	1,96	5º	PB
Previdência Social	28,30	33,70	26,65	37,15	27,75	29,58	24,56	36,89	28,53	8º	RN
Saúde	24,34	28,43	24,37	25,90	25,26	32,52	31,38	25,76	31,51	8º	PE
Trabalho	0,25	0,41	0,70	0,12	0,43	1,77	0,18	0,22	0,68	2º	PE
Educação	33,32	30,64	34,27	29,91	35,61	22,34	31,46	25,65	25,12	2º	PB
Cultura	1,44	0,45	0,76	0,63	0,30	0,98	0,43	0,42	1,41	4º	MA
Direitos da Cidadania	3,28	0,75	3,54	2,10	2,07	5,95	2,84	2,54	2,05	2º	PE
Urbanismo	2,79	2,12	2,08	0,25	1,92	1,90	0,32	1,49	4,04	4º	BA
Habitação	0,85	0,71	0,74	0,21	1,04	0,92	0,55	1,22	0,88	6º	SE
Saneamento	1,38	1,94	3,32	0,03	1,53	3,02	7,15	2,60	2,77	2º	AL
Desp. e Lazer	0,55	0,23	1,46	0,35	0,13	0,57	0,18	0,59	1,04	1º	CE
Gasto social/ Desp.Total	47,63	50,75	50,71	51,09	48,02	52,43	39,36	51,08	49,49	5º	PE

Fonte: Elaboração própria com base no Compara Brasil (2021).

Nota: atualizado pelo site Compara Brasil (2021) utilizando IPCA (jun./2021).

No comparativo aos demais estados da região, no tocante à distribuição dos gastos sociais, o Ceará se destaca em desporto e lazer, saneamento, trabalho, educação e direitos da cidadania, ocupando entre o primeiro e o segundo lugar no Nordeste. Quando se observa o percentual dos gastos sociais sobre a despesa total nos respectivos estados, o estado destina 50,71% das suas despesas para o gasto social, o 5º estado que mais gasta relativamente com rubricas sociais, estando, no primeiro posto, Pernambuco. As piores colocações do Ceará estão em previdência social e saúde.

De modo geral, é possível apontar que os gastos sociais federal e estadual se somam na montagem de um aparato de proteção social no país, especialmente em favor de camadas mais vulneráveis da população, o que reverberou em melhores indicadores de renda e de pobreza, entre 2002 e 2015. Nesse período, o gasto social federal (diretos e tributários) por função aumentou em proporção do PIB, com expansão dos dispêndios com assistência social, educação e cultura, saneamento básico e habitação, trabalho e emprego, previdência social e saúde. Desta forma, a despeito de supostas fragilidades de qualidade e amplitude da oferta, presenciou-se, no último decênio, simultaneamente ao avanço de ações e programas sociais focalizados na população mais pobre, o adensamento das políticas de teor universal. Os gastos sociais do governo central, de 2003 a 2015, passaram de 12% para 18% do produto interno bruto (PIB). Destaca-se que 2 p.p. desse crescimento se deveram aos chamados gastos sociais tributários – benefícios tributários em assistência, educação e saúde (PASSOS; SILVEIRA; WALTENBERG, 2020).

Vale reforçar que a Constituição Federal de 1998 lançou as bases para uma expressiva alteração da intervenção social do Estado, “alargando o arco de direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas, à definição dos beneficiários

e benefícios” (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005, p.182). No rol desse conjunto de direitos, salienta-se a instituição da Seguridade Social como sistema básico de proteção social, articulando e integrando as políticas de seguro social, assistência social e saúde.

Todavia, a readequação da atuação do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e social, através de estratégias de descentralização, impõe profundos desafios relativos à atuação dos entes federativos na execução das políticas sociais. Para Souza (2005, p.111), acaba por se constituir, no Brasil, um “modelo de federalismo simétrico em uma federação assimétrica”, na qual diferentes atores, com diferentes recursos, atuam sob regras semelhantes. No mesmo sentido, Palotti (2009, p.114) aponta que o modelo de federalismo adotado “caracterizou como competências comuns a provisão de políticas sociais, acentuando o problema de definição de responsabilidades entre os entes federados marcadamente assimétricos e de regiões muito desiguais”.

Ainda, a verticalização da hierarquia institucional na política de assistência social e saúde¹², a exemplo, acaba por traduzir a primazia de instâncias superiores no desenho das políticas, de forma que os entes subnacionais figuram, muitas vezes, como meros gestores das políticas federais. Nesse cenário, “os municípios se apresentam como instituições inferiores, com menor capacidade de apreensão e construção da política pública” (PEREIRA, 2015, p.2), o elo mais vulnerável na estrutura federativa brasileira, necessitando que se aprimorem mecanismos para que se efetive a cooperação técnica e financeira.

De modo geral, considerando o amplo escopo de gastos sociais no Brasil, como enfatiza Palotti (2009), as políticas sociais ainda padecem da heterogeneidade estrutural dos governos locais, principalmente dos arranjos institucionais constituídos. Todavia, o cenário de austeridade fiscal em curso e a tendência de desresponsabilização do Estado representa um limite para a consolidação e aperfeiçoamento desses arranjos, constituindo cenário adverso para o exercício da política social no país.

3.2 Aspectos da desigualdade e pobreza no Ceará

No caso brasileiro, a desigualdade da renda apresenta uma queda que pode ser tida como expressiva entre 2001 e 2015. Como já apontado, são fatores que contribuem para essa queda: a melhora no desempenho da economia e seus reflexos no conjunto do mercado de trabalho; a política de valorização do salário mínimo e os instrumentos de transferência de renda (previdência, benefício de prestação continuada e bolsa família); o efeito redistributivo da política fiscal, através da melhoria da capacidade gastos públicos.

Os indicadores de desigualdade e pobreza no estado do Ceará acompanham as tendências experimentadas pelas economias nordestina e brasileira. No Gráfico 2,

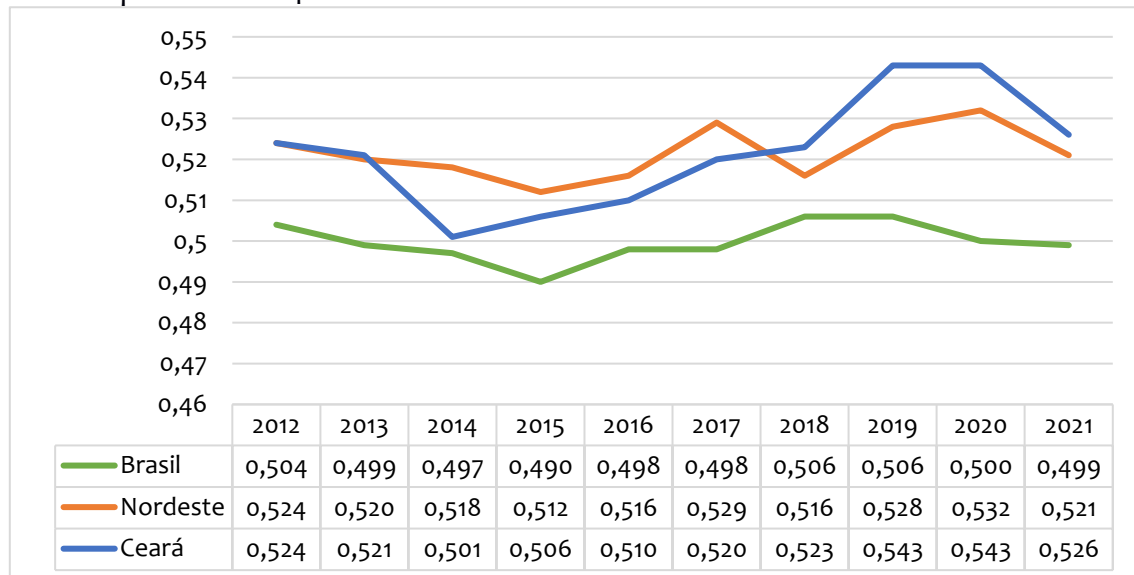
¹² No campo da saúde, a Constituição Federal, em seu artigo 23, inciso II, instituiu um federalismo solidário, impondo a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para cuidar da saúde.

são apresentados os Índices de Gini de Brasil, Nordeste e Ceará, para os anos em que a PNAD Contínua está disponível, 2012 a 2021.

Entre 2012 e 2015, a distribuição de renda estadual apresentou melhora contínua, repetindo as tendências observadas no Brasil e no Nordeste. Porém, com queda bem mais expressiva para a economia cearense, o que faz o Índice de Gini do Ceará convergir para o índice nacional. Após 2015, há uma reversão na tendência de queda da desigualdade, mas, assim como na redução do Gini, o movimento é mais intenso no Ceará, a piora do indicador, entre 2015 e 2019, também é mais expressiva, comparada ao Nordeste e ao Brasil. Ou seja, o Ceará é mais sensível à conjuntura econômica, no que se refere ao índice de desigualdade. Nesse período, a desigualdade piora 7,31%, 3,13% e 3,27% no Ceará, Nordeste e Brasil, respectivamente.

Considerando o período pandêmico, com a economia e o mercado de trabalho sob o efeito da crise da Covid-19, há que se destacar que a crise acirra o quadro de deterioração socioeconômica já presente na economia doméstica, onde se constatavam: desconstrução de direitos e fragilização das instituições públicas e de sindicatos; contrato intermitente; terceirização irrestrita; pejotização do trabalho; regulação privada do trabalho com “livre” negociação entre empregador e empregado de forma individual e avanço da informalização do trabalho (BRIDI, 2020; MATTEI; HEINEN, 2020). Todavia, a análise do Índice de Gini reflete a importância das políticas de proteção social, como o auxílio emergencial e o Bolsa Família, que impactaram na volta da queda da desigualdade entre 2019 e 2021, sendo mais expressiva no Ceará, com redução de 3,13%, seguida de Brasil (-1,38%) e Nordeste (-1,33%).

Gráfico 2 – Brasil, Nordeste, Ceará - Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade em todos os trabalhos – 2012 - 2021



Fonte: IBGE (2022).

A tendência da desigualdade no Ceará também pode ser expressa através da evolução do rendimento médio por extratos de rendimento da população, observada na Tabela 4.

De 2012 a 2015, é nítido que os extratos de renda mais baixos apresentam os melhores ganhos de rendimento, especialmente considerados os 40% da população de menor rendimento médio. Os maiores ganhos ocorrem em benefício dos 10% mais pobres, cujo crescimento é de 26,9% entre 2012 e 2015, com destaque também para o extrato de 10 a 20% e 20 a 30%, com crescimento respectivo de 9,8% e 8,1% no período. Sem grandes alterações nos extratos intermediários, ressalta-se a perda de renda em 10,7% dos 1% mais ricos - a única faixa de renda que experimentou perdas no período.

Os ajustes recessivos e a política de austeridade impactam largamente os segmentos dos mais pobres e os dois extratos que mais se beneficiaram do conjunto de efeitos redistributivos de renda, experimentados até 2015, são justamente os que vivenciam as maiores perdas, -18,2% nos 10% mais pobres e -9,2% entre os 10% e 20% mais pobres, entre 2015 e 2019, interrompendo o ciclo de redistribuição de renda pró-pobres experienciado no período anterior. A despeito, assinalam-se os largos ganhos nos substratos superiores de rendimento, especialmente os 1% mais ricos que registram ganhos de 35,6%.

Com relação ao período de 2019-2021, com a economia sob o efeito de crise pandêmica, a análise dos rendimentos auferidos confere significativo grau de importância aos mecanismos de transferência de renda, para amortecer os efeitos da crise sobre os rendimentos das famílias mais vulneráveis. As repercussões são constatadas especialmente nas faixas dos 10% e dos 10% a 20% mais pobres, com ganhos de rendimento de 35,61%, para o primeiro substrato, e 11%, para o segundo. A tendência de ganho de renda dos mais ricos no Ceará é interrompida sob efeito da pandemia, e os grupos de renda superiores perdem rendimento, com perdas em torno de 10 a 11% para os 5% e 1% mais ricos.

Tabela 4 – Ceará - Rendimento médio por subclasse – 2012 – 2021 (em reais e percentual) *

Subclasse	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Até 10%	130	147	149	165	167	155	135	135	166	183
de 10% - 20%	356	377	401	391	387	382	332	355	410	394
de 20% - 30%	590	601	671	638	622	627	574	607	693	628
de 30% - 40%	895	929	978	933	949	1.014	900	939	1.052	951
de 40% - 50%	1.054	1.085	1.094	1.081	1.095	1.133	1.119	1.124	1.137	1.072
de 50% - 60%	1.086	1.105	1.129	1.127	1.123	1.151	1.142	1.140	1.198	1.130
de 60% - 70%	1.220	1.237	1.261	1.298	1.218	1.285	1.268	1.282	1.441	1.340
de 70% - 80%	1.591	1.599	1.618	1.660	1.577	1.666	1.633	1.650	1.884	1.737
de 80% - 90%	2.355	2.400	2.315	2.436	2.300	2.538	2.441	2.581	2.870	2.637
de 90% - 100%	7.175	7.263	6.791	7.177	7.074	7.420	7.282	8.170	8.956	7.816
de 90% - 95%	3.744	3.866	3.682	3.905	3.751	4.171	4.000	4.216	4.865	4.187
de 95% - 99%	7.383	7.555	7.096	7.500	7.119	7.936	7.332	8.576	9.844	7.642
de 99% - 100%	22.497	22.314	22.391	20.097	22.714	22.648	23.391	27.251	26.406	24.570
Subclasse	Variação (2012-2015) (%)			Variação (2015-2019) (%)			Variação (2019-2021) (%)			
Até 10%	26,9			-18,2			35,6			
de 10% - 20%	9,8			-9,2			11,0			
de 20% - 30%	8,1			-4,9			3,5			
de 30% - 40%	4,2			0,6			1,3			
de 40% - 50%	2,6			4,0			-4,6			
de 50% - 60%	3,8			1,2			-0,9			
de 60% - 70%	6,4			-1,2			4,5			
de 70% - 80%	4,3			-0,6			5,3			
de 80% - 90%	3,4			6,0			2,2			
de 90% - 100%	0,0			13,8			-4,3			
de 90% - 95%	4,3			8,0			-0,7			
de 95% - 99%	1,6			14,3			-10,9			
de 99% - 100%	-10,7			35,6			-9,8			

Fonte: IBGE (2022).

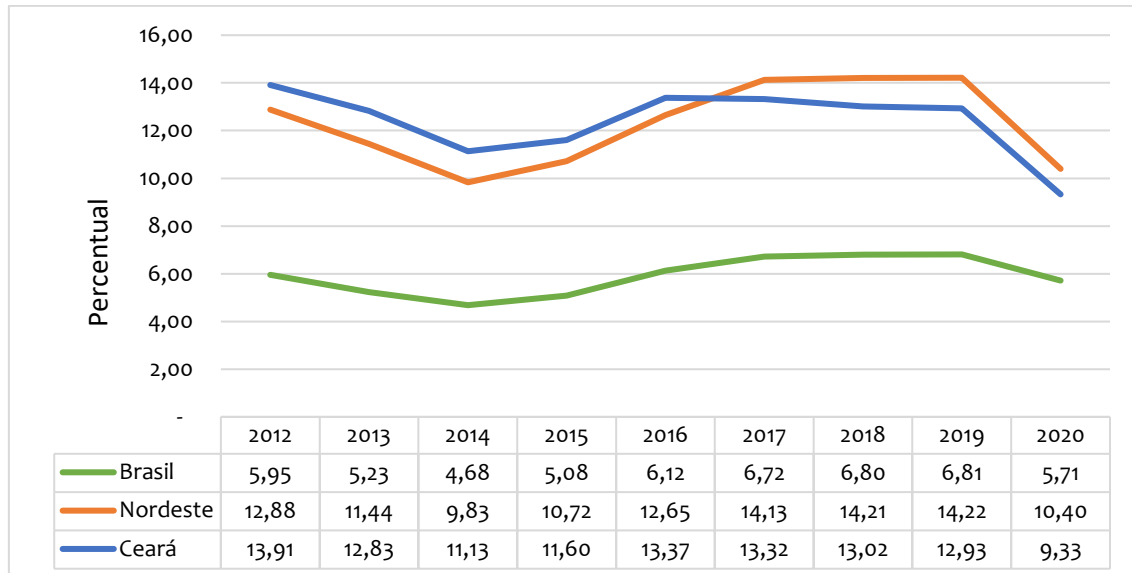
* Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido em todos os trabalhos, a preços médios do último ano, por classes simples de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento habitualmente recebido.

Segundo dados do IBGE (2022), no período de 2012 a 2014, considerando a linha de pobreza do Banco Mundial de U\$S 1,9 por dia, verifica-se que o Ceará reduziu o percentual de pessoas abaixo dessa linha, de 13,91% (2012) para 11,13% (2014). Essa trajetória foi observada também no Nordeste, com redução de 12,88% (2012) para 9,83% (2014), e no Brasil, de 5,95% (2012) para 4,68% (2014), todavia, com o Ceará sentindo menos a queda da pobreza no período.

Considerando a conjuntura de ajuste recessivo, de 2014 a 2019, o crescimento do percentual de pobres no Brasil e Nordeste foi aproximadamente três vezes superior ao registrado no Ceará. A população abaixo da linha de pobreza aumenta no Ceará para 12,93%, no Nordeste para 14,22% e no Brasil para 6,81%. Quando se

observam os dados de 2020, mesmo no contexto de pandemia e crise econômica, o percentual de pobres cai nas três esferas analisadas.

Gráfico 3 – Brasil, Nordeste, Ceará – Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita* abaixo da linha da pobreza (menos de US\$ 1,90) – 2012 - 2020



Fonte: IBGE (2022).

* Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar per capita selecionadas, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil.

Apesar de não ser objetivo deste trabalho apresentar os determinantes do comportamento dos dados de pobreza e desigualdade no Ceará, tendo em vista, serem reflexo de várias políticas macroeconômicas e sociais, estaduais e federais, merece destaque a implementação do Fundo de Combate à Pobreza do Estado do Ceará – FECOP¹³, cujo objetivo é aplicar recursos em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço da renda familiar, combate à seca, e outros programas de relevante interesse social, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida da população cearense. De 2008 a 2017, foi aplicado um valor total de R\$ 4.685,64 milhões¹⁴, exibindo crescimento de 2008 a 2017 de 108% e, no comparativo com o primeiro ano de funcionamento (2004), o crescimento foi de 179% (SILVA *et al.*, 2021). Os autores também avaliam o impacto da criação do FECOP, em 2003, sobre indicadores de pobreza no Ceará, através do método de Controle Sintético Generalizado¹⁵, sendo considerados indicadores para o período de 1981 a 2014. Os resultados indicam um impacto estatisticamente

¹³ Criado a partir da Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), e regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29/09/2009. Tem como fonte de financiamento 2% na alíquota do ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre produtos e serviços especificados na Lei Complementar nº 37/2003, tais como: bebidas alcoólicas, armas e munições, embarcações esportivas, fumo, cigarros, aviões ultraleves e asas-deltas, energia elétrica, gasolina e serviços de comunicação (SILVA *et al.*, 2021).

¹⁴ Valor corrigido pelo IPCA, para 2017 (IPEA, 2021).

¹⁵ O método de Controle Sintético Generalizado “permite a obtenção de um grupo de comparação representado por uma combinação de estados potenciais cuja evolução dos indicadores de pobreza no período pré-intervenção se aproxime daquela observada para o Ceará” (SILVA *et al.*, 2021, p.26).

significativo do FECOP sobre a redução da pobreza e extrema pobreza no Ceará a partir de 2008, com um impacto médio de aproximadamente 8%, em ambos os indicadores.

4 Considerações finais

O Estado, através das políticas públicas, deve garantir que os direitos fundamentais sociais do cidadão sejam atendidos, objetivando, dentre outras coisas, o bem-estar social e a redução das desigualdades em todas as suas modalidades. O conjunto de ações necessárias nesse sentido passa, não apenas, pela elevação no aporte de recursos em determinados segmentos, mas, sobretudo, através da implantação de um modelo de gestão eficiente, que muitas vezes pode representar resultados melhores com gastos menores.

O Ceará vem apresentando resultados que apontam para o uso eficiente dos recursos públicos na Educação. Durante o período de análise (2008-2017), houve uma melhora considerável no posicionamento deste estado no ranking nacional do IDEB, tanto na avaliação da 4ª/5ª série quanto na 8ª/9ª série. O que chama a atenção é a redução expressiva no aporte de recursos para essa despesa ao longo do período de estudo. A resposta para essa aparente controvérsia pode estar na associação de medidas voltadas para implantação de instrumentos pedagógicos e de gestão educacional, para a cooperação entre os municípios e o estado, bem como para a criação de escolas em tempo integral.

Outro ponto de destaque se refere à Saúde, a partir da interiorização de serviços especializados de média e alta complexidades (hospitais regionais, policlínicas e centros especializados em odontologia), que se concentravam na capital Fortaleza, mas que agora é possível o acesso da população em regiões-pólo mais dinâmicas, especialmente em cidades médias com influência regional no Ceará. Além da facilidade de proximidade, reduz a sobrecarga dos atendimentos nos hospitais e unidades de saúde da capital, contribuindo para novas centralidades econômicas e dinâmicas urbanas nas cidades médias estaduais.

Os gastos sociais no Ceará, no período de 2008 a 2017, mesmo sendo resultado da política de desenvolvimento estadual, apresentam um comportamento sensível à conjuntura nacional, inclusive quando se observam os gastos por função. No período de 2008 a 2011, o Ceará apresenta crescimento no PIB, maior aporte de recursos em gastos sociais e melhora dos indicadores de desigualdade e pobreza. Nos anos que se seguem, até 2017, acompanhando também a trajetória nacional, há declínio da taxa de crescimento do PIB, com leve recuperação em 2017, arrefecimento dos gastos sociais e piora nos indicadores de desigualdade e pobreza.

No entanto, em casos pontuais é possível destacar atuações no Ceará que merecem uma avaliação mais cuidadosa. Quanto à desigualdade, o estado se mostra mais sensível às conjunturas de recuperação ou de recessão, considerando o desempenho regional e nacional. No caso da pobreza, o Ceará reage melhor nas conjunturas adversas de 2015 a 2019 e do ano pandêmico, aumentando menos a taxa de pobreza no ajuste recessivo, do primeiro período, e melhorando mais esse indicador durante sua recuperação registrada em 2020, comparado ao Nordeste e ao Brasil.

Todavia, o gasto social, pela sua natureza, deveria apresentar comportamento menos sujeito às oscilações da conjuntura econômica, atuando como proteção anticíclica, garantindo que, nos períodos de recessão, a população com maior vulnerabilidade social fosse menos atingida, mantendo a economia relativamente estável, funcionando, desta feita, como um estabilizador automático, na linha das políticas sociais economicamente orientadas, defendidas por Kerstenetzky (2014).

De modo geral, ainda há muito o que se percorrer no Ceará quando se fala da garantia dos direitos fundamentais e de bem-estar da população, que ainda possui um número elevado de pessoas abaixo da linha da pobreza, com 9,33%, considerando a média nacional de 5,71%, dados, em 2020, mas vem se destacando em diversos aspectos.

REFERÊNCIAS

ALVES *et al.* Padrão de inserção da mulher negra no mercado de trabalho nordestino: notas para o período 2005-2014. **REDES**. Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 25, Ed. Especial 2, p. 2713-2736, 2020. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15382>> Acesso em: 15 nov. 2021.

AMARAL FILHO *et al.* **Diagnóstico Consolidado**: Desenvolvimento do Ceará, entre 1987 – 2017. **CEARÁ 2050: Juntos pensando o futuro 2018**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2018. 249p. Disponível em: <<http://www.ceara2050.ce.gov.br/api/wp-content/uploads/2019/01/ceara-2050-diagnostico-consolidado-ceara-2050-versao-final-prof-jair-do-amaral.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ATKINSON, A. **Inequality**: What can be done, Cambridge: Harvard University Press, 2015.

BARBOSA FILHO, F. de H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/?lang=pt>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (org.) **Brasil**: entre o passado e o futuro. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 57-110. Disponível em: <<https://nodocuments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BARBOSA *et al.* Minimum wage in Brazil. A useful policy to reduce inequality? **JustJobs Network. Global wage debates**. Politics or economics, 2015, Ancara. Global wage debates. Politics or economics. New Delhi: JustJobs Network, 2015.

BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. **Revista Brasileira de Economia Política**, v.13, n.2, 1993. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2493/1/td_0288.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRAGA, T. Inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos: Uma década de desigualdades entre os grupos etários. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, n. 2, p. 43–62, 2011.

BRIDI, M. A. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 141-165, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/178763/165381>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

CACCIAMALI, M. C. Brasil: un caso reciente de crecimiento económico con distribución de renta. **Revista de Estudios Empresariales**, n.1, p.46-64, 2011.

CACCIAMALI, M.C.; TATEI, F. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos Avançados**, v 30, n. 87, p.103-121, 2016.

CACCIAMALI, M.; TATEI, F.; CAMILLO, V. S. Esgotamento do Programa Bolsa Família para a queda da desigualdade de renda no Brasil? Evidências para o período de 2001 a 2011. In: KON, A.; BORELLI, E. **Aportes ao desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Blucher, 2015. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9788580391237/13.pdf>. Acesso em: jun. 2023.

CARDOSO JR., José C., JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: Jaccoud, L. *et al.* **Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. 435 p.

CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 4, p. 1011-1042, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400012>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CEARÁ. Contrato de concessão administrativa N° 001/2010. Disponível em: <https://www.arce.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/53/2017/07/contrato_de_concesso_administrativa_n_01-2010_-_arena_castelo.pdf>. 2021. Acesso em: 20 nov. 2021

CHANCEL, L. **Ten facts about inequality in advanced economies**, WID. World Working Paper, n.15, 2019. Disponível em: <<https://wid.world/document/ten-facts-about-inequality-in-advanced-economies-wid-world-working-paper-2019-15/>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

COMPARA BRASIL. **Consulta de dados**. 2021. Disponível em: <<http://comparabrasil.com/estados/paginas/planilhaEstado.aspx?g=2>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DOMINGUES et al. **Repercussões setoriais e regionais da crise econômica de 2009 no Brasil: simulações em um modelo de equilíbrio geral computável de dinâmica recursiva**. (Texto para Discussão n.390). Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

DWECK, E.; SILVEIRA, F.G.; ROSSI, P. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A.L.M. de. (org). **Economia para poucos: Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 32-56. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/docentes/pedro-rossi/economia-para-poucos-impactos-sociais-da-austeridade-e-alternativas-para-o-brasil.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

GENTIL, D.; HERMANN, J. A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 793-816, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/hTt6P75FccxwCBJGnr3VLF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

HORTA, G. T. de L. GIAMBIAGI, F. **Perspectivas DEPEC 2018: o crescimento da economia brasileira 2018-2023**, Rio de Janeiro: BNDES, 2018. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA). 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 22 out. 2021.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD). 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Radar do PIB Cearense: ótica da produção. 2021. Disponível em: <<https://www.ipece.ce.gov.br/radar-do-pib-cearense-otica-da-producao/>>. Acesso em: 07 maio 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **IDEB: resultados e metas, 2021**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 07 maio 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). IPEADATA. **Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) geral, 2021**. Disponível em:

<<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=36482&module=M>>. Acesso em: 07 maio 2022.

KERSTENETZKY, C. **O estado do bem-estar social na idade da razão**: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo, Rio de Janeiro: Campus, 2012. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5584011/mod_resource/content/1/KERSTENETZKY%20Celia%20Lessa%20O%20Estado%20do%20Bem-Estar%20Social%20na%20Idade%20da%20Raza%CC%83%202012.pdf>. Acesso em: 07 maio 2022.

_____. **Políticas públicas sociais**. Texto para discussão/Center for Studies on Inequality and Development- CEDE/UFF, fev. 2014. Disponível em: <<https://cede.uff.br/wp-content/uploads/sites/251/2021/04/TD-092-KERSTENETZKY-C.-2014.-Políticas-públicas-sociais.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2022.

_____. Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, n. 2, p. 15-34, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/k3rFGPwDXhWHTZrr8X3yXkg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07 maio 2022.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 4, p. 647-668, out./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/8snSbBwVqmYgd5pZVQ5Vhkn/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 07 maio 2022.

OLIVEIRA, M. F. A política externa brasileira no governo Lula (2003-2010): um exercício de autonomia pela assertividade. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 9., 2014, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: ABCP, 2014. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/03/politica-externa-brasileira-governo-lula-2003-2010-exercicio.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2022.

PALOTTI, P.L.de M. Descentralização de políticas sociais no federalismo brasileiro: revisitando problemas, coordenação e autonomia. **Revista do CAAP**, 1º. sem., p.89-117, 2009.

PASSOS, L.; SILVEIRA, F. G.; WALTENBERG, F. **A política social e o conservadorismo econômico**: o que revela o período recente. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA: Rio de Janeiro, ago. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10219/1/td_2586.pdf>. Acesso em: 07 maio 2022.

PEREIRA, I. de S.M. Gestão do território: o papel dos entes federados e a política de assistência social. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 7., 2015, São Luis,

MA. **Anais [...]**. São Luis, MA: UFMA ,2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/gestao-do-territorio-o-papel-dos-entes-federados-e-a-politica-de-assistencia-social.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

PIKETTY, T. **O Capital no século XXI**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RODRIGUES, A. S.; ALVES, C. L. B.; PAULO, E. M. Trajetória recente dos gastos sociais e da pobreza no estado da Bahia: considerações para o período de 2003-2009. **Bahia Análise & Dados**, v. 22, n. 1, p. 205-223, 2012.

SERRANO, F. A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos 2000: aspectos estruturais, **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.168-98, 2013.

SILVA *et al.* **Avaliação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Ceará a partir do método de controle sintético generalizado**. Fortaleza: IPECE, 2021. (Texto para Discussão CAPP). Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/07/TD_CAPP_01_Avaliacao_FECOP_metodo_CSG.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SOUZA, C. *Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988*. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.24, n.24, p.105-122, 2005.

SOUZA, P. H.G.F. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos, 1926-2013**, São Paulo: Hucitec, 2018.

STIGGER, M. P. Relações entre o esporte de rendimento e o esporte da escola. **Movimento**, v.7, n. 14, p. 67-86, jul. 2001. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2609/1243>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Christiane Luci Bezerra Alves. Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará. Professora Associada da Universidade Regional do Cariri. Endereço para correspondência: Departamento de Economia – URCA – Campus Pimenta – Rua Cel. Antônio Luiz, 1161, Crato (CE) – CEP: 63105-000. E-mail: christiane.alves@urca.br

Valéria Feitosa Pinheiro. Doutoranda em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta da Universidade Regional do Cariri. Endereço para correspondência: Departamento de Economia – URCA – Campus Pimenta – Rua Cel. Antônio Luiz, 1161, Crato (CE) – CEP: 63105-000. E-mail: valeria.pinheiro@urca.br

Adriana Correia Lima Franca. Doutoranda em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta da Universidade Regional do Cariri. Endereço para correspondência: Departamento de Economia – URCA – Campus

Pimenta – Rua Cel. Antônio Luiz, 1161, Crato (CE) – CEP: 63105-000. E-mail: adriana.franca@urca.br

Fábio Domingues Waltenberg. Doutor em Economia pela Université Catholique de Louvain. Professor Associado da Universidade Federal Fluminense. Endereço para correspondência: Faculdade de Economia – Campus do Gragoatá, Bloco F, Sala 520. São Domingos, Niterói – RJ – CEP: 24210-510. E-mail: fdwaltenberg@id.uff.br

Submetido em: 14/07/2022

Aprovado em: 07/06/2023

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Christiane Luci Bezerra Alves

Curadoria de Dados (Data curation)
Análise Formal (Formal analysis)
Supervisão/orientação (Supervision)
Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing).

Valéria Feitosa Pinheiro

Conceituação (Conceptualization)
Curadoria de Dados (Data curation)
Análise Formal (Formal analysis)
Investigação/Pesquisa (Investigation)
Metodologia (Methodology)
Validação (Validation)
Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft)

Adriana Correia Lima Franca

Conceituação (Conceptualization)
Curadoria de Dados (Data curation)
Análise Formal (Formal analysis)
Investigação/Pesquisa (Investigation)
Metodologia (Methodology)
Validação (Validation)
Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft)

Fábio Domingues Waltenberg

Análise Formal (Formal analysis)
Supervisão/orientação (Supervision)
Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing).